

Privilégio na rolagem das dívidas de alguns estados ameaça o ajuste

JORNAL DE BRASÍLIA

Paulista

17 JUN 1993

O benefício obtido pelo governo do Estado de São Paulo na rolagem de sua dívida mobiliária, que venceu no dia 15 deste mês, ameaça reabrir a discussão sobre questão da rolagem dos títulos estaduais e transformar esse problema numa verdadeira "guerra regional" no Senado. Todos os estados querem agora o mesmo tratamento obtido pelo Tesouro paulista, o que poderá comprometer as metas do ajuste fiscal anunciadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. São Paulo conseguiu rolar 90% das 67.825.681 Letras Financeiras do Tesouro de São Paulo (LFTP), que venceram na última-feira. Até então, o limite de rolagem era de 83%. As exceções eram Minas Gerais, (que obteve o limite de 88%), e o Rio Grande do Sul (que conseguiu 90%).

Ontem, o senador Ney Maranhão (PE), líder do PRN, encaminhou requerimento ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, indagando se os demais estados poderão rolar os títulos da mesma forma como fizeram os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No início deste ano, o Estado do Maranhão já tinha solicitado ao Senado uma elevação do limite de rolagem e não conseguiu. Em discurso feito ontem, o senador Ney Maranhão chegou a dizer que sua discordância contra o benefício concedido a São Paulo traduzia "um inconformismo de tratamento regional".

O requerimento de informa-

ções encaminhado ao ministro Fernando Henrique Cardoso por Ney Maranhão pede que o governo esclareça se as condições obtidas por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — três dos maiores devedores do País — não afetarão o plano de ajuste fiscal do governo. O líder do PRN manifestou sua perplexidade diante da decisão dos demais senadores e afirmou que sua "revolta" se traduz no medo de ver o Senado desacreditado perante a opinião pública já que, majoritariamente, sindicatos, a Igreja, os intelectuais, os economistas e os políticos se posicionaram a favor e aplaudiram as medidas do governo para combater a inflação.

A questão da rolagem dos títulos é simples. Quanto maior for o limite permitido para a rolagem, menor será o total dos juros da dívida mobiliária que os tesouros estaduais terão que pagar em moeda corrente. Significa, também, aumento da quantidade de títulos estaduais no mercado, o que implica elevação das taxas de juros internas. O benefício obtido por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul contraria as resoluções 58 de 1991 e 36 de 1992, ambas do Senado. Contraria também, o artigo 5º da Emenda Constitucional nº 3, aprovada pelo Congresso em 17 de março deste ano. Este artigo admite apenas o giro do principal da dívida "devidamente atualizado". Ou seja, obriga os estados a pagar a totalidade dos juros.